

RELATÓRIO ANUAL DE CURSO

Contabilidade e Fiscalidade

2010/2011



Instituto Politécnico de Viana do Castelo

**Escola Superior
de Ciências Empresariais**

Janeiro de 2012

1. Introdução

A Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) é uma das mais jovens unidades orgânicas do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, localizada no centro urbano de Valença – uma vila histórica, na margem esquerda do rio Minho, de rara beleza paisagística e com elevado potencial de desenvolvimento económico e social.

Não obstante a sua curta existência, a ESCE disponibiliza uma oferta formativa variada aos níveis de graduação, pós-graduação e de especialização tecnológica. Paralelamente a estas atividades formativas, a ESCE tem-se ainda destacado na organização regular de conferências, seminários, exposições e outros eventos e atividades de disseminação de conhecimento, contribuindo assim para o enriquecimento cultural e cívico dos seus alunos, bem como da comunidade envolvente.

Para além da elevada qualidade do ensino ministrado, a ESCE proporciona aos seus alunos um ambiente de ensino-aprendizagem de excelência, onde se notam a proximidade e bom relacionamento entre professores e alunos, dinamismo e empenho do seu corpo docente e colaboradores, que continuamente desenvolvem esforços para o sucesso do projeto ESCE, e em consequência, dos seus alunos.

Enquadramento do documento, com a referência dos seus objectivos

O presente relatório, no âmbito do progresso da concretização do processo de Bolonha e nos termos do artigo 66º A, do Dec-Lei n.º 74/2006, com a redação que lhe é dada pelo do Dec-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho de 2008, integra o contributo dos estudantes e docentes, através de formas de participação e auscultação e inclui informação sobre a Licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade, ministrada na ESCE.

Assim, este documento, relativo ao ano letivo de 2010-2011, tem como objetivo a avaliação da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade e pretende, sobretudo, ser um instrumento que defina e concretize orientações no sentido da melhoria da qualidade do ensino e na aquisição de competências dos estudantes.

De referir que esta licenciatura, de acordo com o processo de Bolonha e no seu terceiro ano de funcionamento, foi reformulada, devido a condicionantes externas, nomeadamente, as novas exigências da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) para o reconhecimento do

exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas. De salientar ainda, que este organismo profissional, no decurso deste mesmo ano letivo, procedeu à acreditação da referida licenciatura.

2. Ciclo de Estudos

2.1 Caracterização do Ciclo de Estudos

2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos

Contabilidade e Fiscalidade.

2.1.2 Área científica predominante do ciclo de estudos

Contabilidade.

2.1.3 Classificação da área do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março

34 – Ciências Empresariais.

2.1.4 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março

344 – Contabilidade e Fiscalidade.

2.1.5 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau

180.

2.1.6 Duração do ciclo de estudos (art.º 3.º, do Dec-Lei n.º74/2006)

6 Semestres

2.1.7 Número de vagas aprovado no último ano letivo

35 Vagas.

2.1.8 Condições de acesso e ingresso

Realização e aprovação das provas de ingresso de Economia ou Matemática.

2.1.9 Regime de funcionamento

Pós-laboral .

2.1.10 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos

Prof. Doutor João Paulo Vieito.

2.1.11 Objetivos definidos para o ciclo de estudos

O ciclo de estudos da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade tem por objetivo formar técnicos capazes de exercer funções, aos mais diversos níveis de responsabilidade, na área da Contabilidade e Fiscalidade, como sejam: a dinâmica contabilística, o domínio do nosso sistema fiscal, a identificação da relevância das informações contabilísticas num contexto de perpetuidade das organizações, o apoio à tomada de decisões económico-financeiras nas organizações, a prestação de contas e a identificação/evolução/medida da riqueza da organização.

2.1.12 Demonstração de que os objetivos definidos se enquadram na missão e objetivos da instituição

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) é uma instituição pública de ensino superior que produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização, em convergência com o espaço europeu do ensino superior.

Valoriza e promove a liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade.

Os objetivos definidos enquadram-se nos seguintes eixos:

EIXO1: FORMAÇÃO

Objetivo estratégico

Organizar, de forma integrada, a oferta formativa em função do Espaço Europeu de Educação Superior e das necessidades da sociedade. Desenvolver e aplicar o espírito de Bolonha.

Objetivo operacional

Acompanhar proativamente as necessidades de novas formações e de reestruturação das existentes.

Políticas

- Criar uma base de dados que inclua a oferta formativa e os recursos (humanos e físicos) existentes;

- Identificar as necessidades formativas das empresas/entidades, particularmente da região;
- Analisar as tendências dos potenciais candidatos ao ensino superior;
- Analisar a eficiência da formação existente, avaliando e acreditando toda a oferta formativa do IPVC.

Objetivo operacional

Dinamizar as novas ofertas formativas identificadas como necessárias, permitindo um crescimento do número de estudantes, fundamental por razões de massa crítica, escala e custos de exploração.

Políticas

- Criar uma bolsa de oferta formativa, incluindo ou fomentando a criação de cursos de especialização tecnológica e formações pós-laborais;
- Construir planos de estudo flexíveis com forte ligação à realidade profissional que, para além das competências técnico-científicas, promovam a mobilidade e a cidadania, considerando a transversalidade das áreas de saber.

Objetivo operacional

Investir na oferta formativa ao nível do 2º ciclo e da formação ao longo da vida.

Políticas

- Criar Mestrados, particularmente em parceria com outras Instituições de Ensino nacionais e internacionais, definindo como parceiros prioritários os membros da Associação de Politécnicos do Norte (APNOR) – IPCA; IPP e IPB – com especial relacionamento com a Galiza;
- Organizar oferta formativa de 2º ciclo de forma a disponibilizar ações de curta duração, compostos por pequenos módulos de formação específica;
- Criar cursos/ações de formação de acordo com as necessidades identificadas junto das empresas/entidades, promovendo a aprendizagem ao longo da vida.

Objetivo estratégico

Desenvolver a formação integral da Academia IPVC, dotando-a de competências académicas, científicas, cívicas, pessoais e organizacionais num quadro de responsabilidade social, imperativo no ensino superior contemporâneo e inovador.

Objetivo operacional

Investir em estratégias que promovam o aprender a aprender ao longo da vida.

Políticas

- Incentivar o uso de ferramentas de *e-learning*, integrando ativamente o e-Politécnico;
- Realizar colóquios, seminários, congressos, conferências e outros eventos que fortaleçam, nos seus diferentes âmbitos, o IPVC.

Objetivo operacional

Dotar os estudantes de competências ao nível da cidadania e da autoaprendizagem e incutir-lhes espírito empreendedor e de flexibilidade.

Políticas

- Promover atividades extracurriculares ao nível do empreendedorismo;
- Desenvolver, em parceria com outras entidades, o *Cluster* de Educação para o Empreendedorismo no Alto Minho;
- Incrementar os projetos de mobilidade e conhecimento do mundo, ligados à integração profissional e à prática de cidadania.

Objetivo operacional.

Enriquecer a formação integral dos docentes.

Políticas

- Criar um núcleo coordenador da formação pedagógica do IPVC;
- Formar os docentes em metodologias inovadoras: participativas, de projeto e resolução de problemas, *e-learning* e tutorias;
- Apoiar a formação avançada dos docentes;
- Promover o contacto dos docentes com o ambiente envolvente externo, em articulação próxima com a Coordenação do Curso.

EIXO 2: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO + INOVAÇÃO (I&D+I)

Objetivo estratégico

Definir principais linhas de investigação da Instituição.

Objetivo operacional

Analisar o potencial humano da Instituição, em termos de investigação.

Políticas

- Identificar o potencial humano que permita estruturar as competências científicas por grandes áreas;
- Desenvolver e implementar uma base de dados incorporando o conhecimento académico e científico dos docentes da Instituição.

Objetivo operacional

Identificar áreas de investigação e prestação de serviços à comunidade relacionadas com os cursos ministrados.

Políticas

- Definir as linhas de investigação prioritárias transversais à formação, à intervenção na comunidade e à formação avançada, bem como encontrar recursos para essas linhas.
- Enquadrar e apoiar iniciativas de investigação, desenvolvimento e prestação de serviços.

Objetivo operacional

Identificar necessidades e oportunidades de investigação e desenvolvimento a nível regional, nacional e internacional.

Políticas

- Inventariar e difundir as competências instaladas na I&D+I do IPVC, tendo em vista a valorização do conhecimento;
- Identificar empresas/instituições com capacidade/apetência para desenvolver projetos e/ou prestações de serviços com o IPVC;
- Implementar concurso de ideias inovadoras com prémios facultados pelas empresas.

Objetivo estratégico

Reorganizar as estruturas existentes.

Objetivo operacional

Alargar o âmbito da OTIC.

Políticas

- Envolver as diferentes áreas científicas existentes no IPVC, na OTIC;
- Apoiar e facilitar a apresentação de candidaturas a projetos, patentes e prestação de serviços.

Objetivo operacional

Criar e partilhar centros de investigação e tecnologia aplicada, próprios caso se justifique e existam condições, ou em consórcio com outras instituições congéneres.

Políticas

- Inventariar centros de investigação aplicada existentes e criar condições de adesão aos investigadores e docentes do IPVC;
- Criar as parcerias necessárias à criação de novos centros de investigação aplicada, em áreas científicas relevantes ou de reconhecida necessidade;
- Elaborar regulamentos que enquadrem os centros de investigação e a sua relação com as instituições, os investigadores e os docentes.

Objetivo estratégico

Produzir, aplicar e divulgar conhecimentos e tecnologia, como dimensão fundamental de todo o processo formativo.

Objetivo operacional

Produzir conhecimento.

Políticas

- Realizar investigação e/ou experimentação em parcerias com outras empresas e instituições;
- Envolver os estudantes nos projetos de desenvolvimento, investigação e inovação.

Objetivo operacional

Aplicar/transferir conhecimento potenciando o I&D+I criado no IPVC, disponibilizando-o, através da OTIC, e valorizando-o economicamente.

Políticas

- Criar “*spin-offs*” com eventual parceria com empresas de capital de risco;
- Integrar parques tecnológicos ou incubadoras de empresas, baseado numa forte cultura de empreendedorismo;

- Favorecer o registo de patentes e marcas.

Objetivo operacional

Divulgar a produção científica.

Políticas

- Realizar sessões de divulgação do trabalho científico desenvolvido pelos diplomados, mestres e doutores à comunidade académica e/ou público em geral;
- Criar meios adequados à divulgação e um repositório da produção científica da comunidade académica do IPVC;
- Promover eventos sociais e científicos ao redor das grandes questões do desenvolvimento regional.

EIXO 3: DESENVOLVIMENTO HUMANO

Objetivo estratégico

Implementar um sistema de gestão do desenvolvimento humano.

Objetivo operacional

Garantir um sistema de organização do trabalho que, suportado nas competências e empenho dos colaboradores, desenvolva metodologias e circuitos eficientes.

Políticas

- Estudar e realizar a necessária adequação de competências para bom desenvolvimento de funções em cada posto de trabalho;
- Recrutar com base numa análise criteriosa das necessidades da organização.
- Elaborar e implementar um Manual de Acolhimento para colaboradores;
- Criar/desenvolver um sistema de avaliação de desempenho assente no trabalho por objetivos e que inclua um sistema de recompensas que premeie o mérito;
- Pugnar pelo desenvolvimento de carreiras profissionais consolidadas, progressivas e de mérito.

Objetivo operacional

Desenvolver um sistema de gestão do conhecimento que integre e valorize as pessoas e suas competências e as transforme no ativo mais valioso da Instituição.

Políticas

- Promover e organizar a formação contínua dos colaboradores;
- Continuar o apoio à qualificação dos docentes e funcionários não docentes, em especial daqueles que precisam de concluir as suas formações para poderem consolidar a sua carreira profissional;
- Organizar, de modo integrado, as pessoas e as suas competências no cumprimento da missão da instituição.

Objetivo estratégico

Promover um clima organizacional que contribua para o bem-estar e a realização profissional das pessoas.

Objetivo operacional

Desenvolver instrumentos que permitam uma comunicação eficaz, uma participação ativa e promovam o bem-estar das pessoas.

Políticas

- Promover ações culturais e lúdicas que desenvolvam o espírito de comunidade e de pertença;
- Implementar reuniões sistemáticas organizadas por áreas e serviços;
- Dinamizar o Gabinete de Saúde para a comunidade escolar, em particular nas áreas de Higiene, de Saúde e de Segurança no Trabalho.

Objetivo operacional

Desenvolver processos de análise sistemática dos indicadores do grau de satisfação.

Políticas

- Monitorizar os indicadores integrados no Sistema de Gestão da Qualidade;
- Implementar medidas de melhoria.

Objetivo operacional

Apoiar os estudantes na sua formação cívica e cultural.

Políticas

- Estabelecer medidas que facilitem e estimulem a participação dos estudantes nas políticas da Instituição;
- Elaborar um código de boas práticas e conduta dos estudantes;
- Realizar um estudo que identifique factores de motivação dos estudantes para a

participação nas diversas atividades da vida do Instituto;

- Apoiar a Federação Académica, as Associações de Estudantes e as Tunas, com vista ao desenvolvimento do espírito associativo e da construção de uma vida académica profícua;
- Reforçar os recursos já disponibilizados para o incremento de atividades culturais e desportivas;
- Assegurar a equidade no acesso e na frequência do ensino superior pela permanente atenção, presença e apoio junto dos estudantes mais carenciados;
- Implementar medidas de combate ao insucesso e abandono escolar.

Objetivo operacional

Alargar o âmbito dos serviços de suporte aos estudantes do IPVC.

Políticas

- Proceder ao levantamento das necessidades educativas especiais e definir um plano de intervenção;
- Reforçar o novo modelo de serviços de apoio ao aluno;
- Aumentar o número de bolsas de trabalho em *part-time*, permitindo aos estudantes bolseiros, em especial, aos mais carenciados, a realização de tarefas dentro ou fora do IPVC;
- Gerar sistemas de financiamento para os estudantes (bolsas, empréstimos, ajudas de emergência);
- Avaliar, de forma continuada, a satisfação dos serviços prestados aos estudantes e colaboradores.

EIXO 4: DIREÇÃO ESTRATÉGICA

Objetivo estratégico

Implementar um sistema de direção estratégica que otimize e mobilize, a todos os níveis, a instituição e a comunidade.

Objetivo operacional

Desenvolver competências de gestão em todos os responsáveis da instituição que suportem o sistema de direção estratégica.

Políticas

- Formar os órgãos de direção e de gestão em planificação estratégica;

- Implementar métodos de gestão por objetivos a todos os níveis da gestão;
- Elaborar planos estratégicos específicos nas diferentes escolas e unidades funcionais;
- Avaliar periodicamente a taxa de execução dos objetivos de cada eixo e, como consequência da avaliação, ir adaptando, adequadamente, o Plano Estratégico;
- Adequar o normativo interno para ajudar a execução dos objetivos estratégicos;
- Apoiar e desenvolver o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), dotando-o da estrutura e dos meios necessários a uma ação eficaz, reconhecendo nele um elemento essencial ao sucesso da instituição.

Objetivo operacional

Promover um sistema de divulgação do plano estratégico dentro e fora da instituição.

Políticas

- Constituir uma comissão de coordenação e acompanhamento do plano estratégico;
- Organizar fóruns de discussão do plano estratégico a nível interno e externo;
- Publicar e enviar o plano estratégico a empresas/instituições;
- Manter o portal do IPVC atualizado e aberto ao público com perguntas/respostas/sugestões.

Objetivo operacional

Envolver as comunidades interna e externa nos processos de implementação da direção estratégica.

Políticas

- Apoiar a criação de uma associação, exterior ao IPVC, que reúna entidades, pessoas, empresas, estudantes e antigos estudantes, professores e antigos professores, trabalhadores não docentes e antigos trabalhadores não docentes, com o objetivo de organizar e potenciar os interesses da comunidade face à instituição e vice-versa;
- Desenvolver a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento (FFMD), entidade fundacional que pertence ao IPVC, dotando-a de utilidade estratégica para a prossecução dos objetivos da instituição

Objetivo estratégico

Consolidar a estrutura organizacional numa eficiente integração e otimização de todos os seus recursos.

Objetivo operacional

Otimizar recursos, diversificar fontes e promover um sistema de distribuição interna mais eficiente.

Políticas

- Prosseguir o esforço de obtenção de fontes de financiamento próprias;
- Estabelecer um quadro de indicadores que permita a distribuição/alocação justa e adequada de recursos;
- Rever e ampliar a distribuição/alocação interna de recursos entre as distintas unidades de ensino e investigação e funcionais, em função do cumprimento de objetivos;
- Elaborar um plano de marketing institucional que potencie a captação de recursos financeiros externos.

Objetivo operacional

Desenvolver um sistema de informação integral como suporte à tomada de decisões.

Políticas

- Usar a análise económica e a contabilidade analítica em todos os processos de tomada de decisão;
- Implementar um sistema de auditoria periódica da informação produzida e usada.

Objetivo operacional

Adequar as infraestruturas às necessidades da organização institucional.

Políticas

- Prosseguir a construção do novo Pavilhão Pedagógico da Escola Superior de Saúde;
- Promover a construção do novo edifício da Escola Superior de Ciências Empresariais;
- Colaborar na/e apoiar a construção da Escola Superior de Desporto e Lazer (Melgaço).

EIXO 5: *MARKETING* E *COMUNICAÇÃO*

Objetivo estratégico

Desenvolver e consolidar a marca “IPVC” como uma instituição de referência no ensino superior pela sua qualidade global e pelas suas áreas de excelência, moderna, aberta e plural, que serve a sua comunidade e o país e que atrai estudantes de mérito para as suas formações.

Objetivo operacional

Conseguir uma boa imagem do IPVC nas comunidades interna e externa.

Políticas

- Elaborar um Plano de Marketing e de Promoção Institucional;
- Avaliar a imagem que a sociedade em geral tem do IPVC e o seu grau de notoriedade;
- Divulgar os trabalhos realizados por estudantes e docentes, no âmbito pedagógico, de investigação, transferência e inovação, através de todo o tipo de iniciativas e eventos que se tenham por adequados;
- Publicitar, de modo muito especial, as áreas de excelência.

Objetivo operacional

Promover o IPVC, com profissionalismo, com vista a atrair potenciais estudantes.

Políticas

- Organizar um conjunto de atividades dirigidas aos estudantes do secundário, dos CET e ativos profissionais maiores de 23 anos, como visitas temáticas, atividades lúdico-pedagógicas, dias abertos, concursos, feiras e mostras de cursos, portal de acesso ao ensino superior, com vista a difundir a excelência da instituição;
- Organizar ações de formação/informação para psicólogos, professores, empresários, autarcas, jornalistas, etc.

Objetivo operacional

Garantir boas relações com os parceiros sociais.

Políticas

- Elaborar e desenvolver um plano de relações institucionais (com empresas e outras instituições) que favoreça a criação de parcerias e projetos conjuntos.

Objetivo estratégico

Aperfeiçoar o sistema de comunicação interna e externa.

Objetivo operacional

Estabelecer modelos de comunicação que favoreçam a identidade, o espírito de partilha e o envolvimento das comunidades interna e externa.

Políticas

- Dinamizar o portal com informação atualizada, fiável e atrativa, bem como com a disponibilização de serviços (secretaria virtual, bolsa de emprego...);
- Potenciar a utilização e o recurso à plataforma digital, como por exemplo com a criação de um espaço informativo on-line;
- Desenvolver o canal interno de vídeo e *webTV*;
- Criar uma base de dados para registo e comunicação com antigos estudantes e proporcionar-lhes informação regular sobre a instituição e outras áreas de interesse à sua profissão.

Objetivo operacional

Aumentar o nível de penetração da informação relativa ao IPVC nos órgãos de comunicação e nas redes sociais.

Políticas

- Assegurar uma presença constante nos meios de comunicação social, regionais e nacionais, tornando a atividade do IPVC numa permanente fonte de notícias;
- Efetuar a divulgação de resultados das diversas iniciativas e atividades desenvolvidas no Instituto.

EIXO 6: RELAÇÕES COM A SOCIEDADE/INTERNACIONALIZAÇÃO

Objetivo estratégico

Potenciar as parcerias estratégicas com instituições pares e com o tecido social e empresarial da região e do país.

Objetivo operacional

Desenhar e aplicar estratégias para melhorar e adequar a resposta às necessidades da comunidade envolvente.

Políticas

- Contextualizar as “relações com a sociedade” e elaborar estudos para a identificação de competências e áreas de intervenção;
- Desenvolver um trabalho proativo, em colaboração com as entidades sectoriais, de identificação das necessidades e oportunidades de intervenção nas áreas que lhe são próprias e que se prendam, sobretudo, com os grandes projetos estruturantes do desenvolvimento da região, em diálogo permanente com os restantes parceiros e agentes regionais.
- Avaliar a implementação das estratégias

Objetivo operacional

Reforçar competências e capacidade de intervenção em projetos e programas de I&D e de prestação de serviços estruturantes do desenvolvimento regional e do país.

Políticas

- Desenvolver um sistema de indicadores e a avaliação permanente das políticas de desenvolvimento local e regional;
- Procurar estar presente na concepção e desenvolvimento de todos os projetos estruturantes do desenvolvimento local e regional;
- Identificar parceiros preferenciais ou partes interessadas em cada espaço de intervenção ou ação do IPVC, assumindo, como regra, a intervenção em parceria;
- Criar espaços para o conhecimento, o consenso e a inovação, que reúnam os diferentes agentes da região e do país no contexto da tripla hélice - investigação académica/empresas/governo.

Objetivo estratégico

Promover a mobilidade internacional das pessoas e dos saberes.

Objetivo operacional

Desenvolver parcerias internacionais com instituições pares e centros de I&D, facilitadoras da concepção e da implementação de projetos conjuntos de I&D e de transferência de tecnologia e conhecimento.

Políticas

- Criar redes de internacionalização transversal a todas as Unidades Orgânicas (UO) do IPVC, em particular com a Euro-região, Galiza-Norte de Portugal e espaço lusófono (I&D, formação, produtos culturais);
- Garantir o cumprimento dos protocolos já assinados no âmbito da cooperação para o desenvolvimento;
- Implementar nos Centros de Recursos ESF - África uma dinâmica de *e-learning* em articulação com as diferentes UO.

Objetivo operacional

Reforçar e institucionalizar programas de mobilidade internacional dos docentes e dos estudantes, no âmbito das diversas áreas formativas e da I&D, no espaço europeu e fora da Europa, em particular no mundo lusófono.

Políticas

- Incrementar as candidaturas aos diversos programas de mobilidade (ex: Erasmus Mundus);
- Valorizar em termos académicos a participação em programas de mobilidade e voluntariado;
- Organizar cursos de verão internacionais, cursos intensivos de Português para estrangeiros (antes do início de cada semestre) e cursos de inglês para os docentes do IPVC.

Objetivo operacional

Promover, em sintonia com as orientações da cooperação internacional, projetos e programas em prol do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza, com especial ênfase nos espaços lusófonos.

Políticas

- Criar uma oficina de voluntariado, constituída por membros do IPVC e da comunidade externa, que promova iniciativas de cooperação para o desenvolvimento;
- Implementar formação geral para o voluntariado em todas as UO do IPVC e núcleos informais para a sensibilização da exclusão social e agendas internacionais.

EIXO 7: LOGÍSTICA

Objetivo estratégico

Potenciar o emprego e a utilização das TIC na instituição.

Objetivo operacional

Desenvolver as infraestruturas e ferramentas TIC.

Políticas

- Implementar um sistema de *workflow*;
- Criar um arquivo digital;
- Alargar os serviços on-line para antigos estudantes e funcionários;
- Desenvolvimento de solução que permita a comunicação entre diversos sistemas de informação;
- Uniformizar os softwares utilizados nos diversos serviços.

Objetivo operacional

Melhorar a gestão dos recursos existentes.

Políticas

- Implementar a Unidade Funcional das Bibliotecas e criação da Unidade Funcional dos Serviços Pedagógicos e Académicos;
- Reequipar alguns laboratórios e adquirir criteriosamente equipamentos pedagógicos.

Objetivo estratégico

Melhorar as infraestruturas e adequar os serviços de suporte.

Objetivo operacional

Implementar um sistema de gestão integrada dos recursos físicos, materiais e equipamentos.

Políticas

- Desenvolver uma ferramenta que permita a gestão de espaços e equipamentos do IPVC;
- Alargar o âmbito da Central de compras do IPVC;
- Desenvolver um sistema integrado de manutenção de infraestruturas;

- Efetuar a gestão integrada de comunicações e vigilância;
- Elaborar um plano de racionalização energética e de sustentabilidade ambiental.

Objetivo operacional

Rentabilizar economicamente as infraestruturas e espaços do IPVC.

Políticas

- Elaborar um plano de exploração económica dos espaços.

2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos

A divulgação dos objetivos da licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade, aos docentes, é efetuada pelo coordenador da referida licenciatura, apresentando e analisando os conteúdos programáticos aprovados pelo MCTES e pelo Conselho Técnico Científico do IPVC e acreditados pela OTOC. Relativamente à divulgação dos objetivos aos alunos, esta é efetuada através da plataforma de *e-learning* implementada e disponibilizada pelo IPVC.

2.2. Estrutura Curricular

2.2.1 Ramos, opções, perfis, maior/menor ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura.

(Não aplicável).

2.2.2 Áreas Científicas e Créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau

Área Científica	Sigla	ECTS Obrigatórios	ECTS Opcionais
Análise Matemática e Álgebra Linear	AMA	11,5	0
Estatística e Investigação Operacional	EIO	8	0
Contabilidade	CTB	76	0
Finanças	FIN	29	0
Ciências da Computação	CDC	24	0
Sistemas e Redes	SER	5	0
Organização e Estratégia	OEE	5	0
Economia	ECO	5,5	0
Sociologia	SOC	8	0
Direito	DIR	8	0

2.2.3 Plano de Estudos

UC	Ano/Sem	Área Científica	Horas Trabalho	Horas de Contacto	ECTS	OBS
Organização de Empresas	1.º/1.º	OEE	135	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 4	5	-
Economia	1.º/1.º	ECO	150	TP - 45; OT - 6; S - 4	5.5	-
Introdução à Informática	1.º/1.º	SER	135	TP - 45; OT - 6; O - 15	5	-
Matemática I	1.º/1.º	AMA	150	TP - 75; OT - 6	5.5	-
Contabilidade Financeira I	1.º/1.º	CTB	135	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 10	5	-
Noções de Direito Empresarial	1.º/1.º	DIR	105	TP - 45; OT - 6	4	-
Contabilidade Financeira II	1.º/2.º	CTB	135	TP - 60; OT - 6; S - 4; O - 10	5	-
Cálculo Financeiro	1.º/2.º	FIN	160	TP - 60; OT - 6; S - 4	6	-
Direito das Obrigações	1.º/2.º	DIR	110	TP - 30; OT - 6	4	-
Matemática II	1.º/2.º	AMA	160	TP - 60; OT - 6	6	-
Ética e Responsabilidade Social	1.º/2.º	SOC	105	TP - 45; OT - 6; S - 4	4	-
Sistemas e Aplicações Informáticas	1.º/2.º	CDC	140	TP - 45; OT - 6; O - 13	5	-
Gestão Financeira I	2.º/1.º	FIN	140	TP - 60; OT - 6; S - 4; O - 10	5	-
Contabilidade Financeira III	2.º/1.º	CTB	160	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 10	6	-
Bases de Dados	2.º/1.º	CDC	160	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 15	6	-
Relacionamento Interpessoal, Liderança e Negociação	2.º/1.º	SOC	110	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 8	4	-
Fiscalidade I	2.º/1.º	CTB	135	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 14	5	-
Estatística I	2.º/1.º	EIO	105	TP - 60; OT - 6	4	-
Estatística II	2.º/2.º	EIO	105	TP - 45; OT - 6	4	-
Contabilidade Financeira Avançada	2.º/2.º	CTB	160	TP - 45; OT - 6; O - 14	6	-
Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	2.º/2.º	CDC	110	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 14	4	-
Gestão Financeira II	2.º/2.º	FIN	140	TP - 60; OT - 6; O - 8	5	-
Fiscalidade II	2.º/2.º	CTB	135	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 10	5	-
Auditoria	2.º/2.º	CTB	160	TP - 60; OT - 6; S - 4; O - 10	6	-
Contabilidade Pública	3.º/1.º	CTB	135	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 10	5	-
Contabilidade Analítica	3.º/1.º	CTB	190	TP - 60; OT - 6; O - 50	7	-
Comércio Eletrónico	3.º/1.º	CDC	130	TP - 45; OT - 6; S - 4; O - 16	5	-
Modelos Informáticos Organizacionais	3.º/1.º	CDC	105	TP - 45; OT - 6; S - 4	4	-
Fiscalidade III	3.º/1.º	CTB	140	TP - 60; OT - 6; S - 4; O - 13	5	-

Finanças Públicas	3º/1.º	FIN	110	TP - 45; OT - 6; O - 10	4	-
Finanças Internacionais	3º/2.º	FIN	110	TP - 45; OT - 6; S - 8; O - 10	4	-
Análise e Controlo de Custos	3º/2.º	CTB	190	TP - 60; OT - 6; O -10	7	-
Contabilidade das Instituições Financeiras	3º/2.º	CTB	135	TP - 45; OT - 6; S - 4; O -10	5	-
Análise de Projetos de Investimento	3º/2.º	FIN	135	TP - 52,5; OT - 6; S - 4; O -10	5	-
Prática Simulada em Ambiente Empresarial	3º/2.º	CTB	240	TP - 97,5; OT - 6; S - 4; O - 40	9	-

2.2.3 Estágios e Estágios e Períodos de Formação em Serviço

(Não se aplica).

2.2.3.1 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço

2.2.3.2 Mapas de distribuição de estudantes

Instituição acolhedora	Orientador Cooperante*	Caracterização da Instituição	N.º de Estágios	Orientador de Estágio
-	-	-	-	-

3. Organização Interna e Mecanismos da Qualidade

3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo

Os Serviços Académicos, após receberem informação da A3ES com a aprovação/reestruturação/autorização de funcionamento de um curso, criam/atualizam o dossier de curso, onde constam os seguintes documentos:

- Diploma(s) de criação do curso e de aprovação do respectivo plano de estudo;
- Alterações curriculares;
- Planos de transição;
- Listagens de docentes do curso e responsáveis pela coordenação das unidades curriculares;
- Normas de avaliação e ponderação das unidades curriculares;
- Deliberações do Conselho Técnico-Científico relativamente ao curso.

No sistema informático os SAC introduzem toda a informação associada ao plano de estudos do curso, nomeadamente, código do curso e das unidades curriculares, carga horária, ECTS e afetação de docentes às unidades curriculares para posteriormente se fazer a associação dos alunos inscritos no curso/unidades curriculares.

No que se refere à criação/atualização de programas das unidades curriculares, o Coordenador de Curso solicita ao responsável da unidade curricular, o preenchimento e envio do programa, (FOR-01/07) até ao início de cada semestre/ano letivo. Pode também ser apresentada a versão inglesa do programa (FOR-01/47).

O programa é enviado para o Coordenador de Curso que, após discussão e apreciação, o envia para aprovação pelo CTC. O arquivo é realizado nos Serviços Académicos, durante as três primeiras semanas do ano letivo ou de cada um dos semestres.

No planeamento de outras atividades, o Coordenador de curso pode identificar oportunidades de organização de, por ex., colóquios, conferências, seminários com interesse manifesto para o desenvolvimento do processo formativo, social e cultural. Para tal é apresentado à Direção uma proposta das atividades a promover.

No que concerne à distribuição do serviço docente, os responsáveis indicados por cada escola, deverão também identificar a distribuição de serviço docente (FOR-01/02). Neste caso são considerados os planos dos cursos existentes ou planos de cursos propostos, a aguardar aprovação pela tutela, bem como os relatórios de concretização do processo de Bolonha, relativos ao ano letivo anterior, e ainda auscultar os docentes, se necessário.

3.2 Participação de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão

A participação ativa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão que afetam os processos de ensino/aprendizagem do ciclo de estudos e a sua qualidade seguem as linhas orientadoras definidas nos objetivos propostos para o Eixo Estratégico – Desenvolvimento Humano (apresentado acima) – constante do Plano Estratégico do IPVC 2011-2014, a participação ativa dos órgãos do IPVC e das Escolas: Conselho Técnico-Científico, Conselho Académico, Conselhos Pedagógico e o Inquérito de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino e de Satisfação de Colaboradores.

3.3 Mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) tem implementado, desde 2008, um Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade (SGGQ) organizado por processos, atividades e respetivos procedimentos utilizados pela instituição para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino e demais actividades de gestão e de suporte ao ensino. O SGGQ-IPVC gera informação que a Instituição utiliza para definir e implementar medidas efetivas para a melhoria contínua da qualidade das atividades desenvolvidas e respectivos resultados. A

Presidência do IPVC determinou, conforme definido nos Estatutos, publicados em 06 de Fevereiro de 2009, a criação de uma estrutura para conduzir os trabalhos inerentes ao desenho e implementação do Sistema Interno para a Garantia da Qualidade dos Ciclos de Estudo - O Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ) - que integra os Gestores da Qualidade das Escolas (ESA, ESCE, ESE, ESDL, ESS, ESTG) e Serviços Centrais e Serviços de Ação Social, que são nomeados pelas Direções. O GAQ, apoia as Coordenações de Curso no processo de Gestão e Garantia da Qualidade dos Ciclos de Estudo, em estreita colaboração com as Direções das Escolas e dos Serviços, os Conselhos Pedagógicos, o Conselho Técnico-científico, Conselho Académico e outros órgãos e serviços do IPVC que intervêm na garantia da qualidade das atividades administrativas de suporte e nas atividades científicas e pedagógicas dos ciclos de estudo. O SGGQ-IPVC procura garantir a abrangência e eficácia dos procedimentos e estruturas de garantia da qualidade relacionadas com cada uma das vertentes nucleares da sua missão como Instituição de Ensino Superior Público:

- O ensino e aprendizagem, através dos processos: ACADÉMICOS (ACA), Criação e Restruturação de Cursos (CRC) FORMAÇÃO (FOR), Cooperação Internacional (CIN) e Observatório (OBS);
- A investigação e desenvolvimento, através do processo Gestão e Projetos (GPR), com apoio da Oficina de Transferência de Tecnologia e do Conhecimento (OTIC) e unidades de Investigação;
- A colaboração interinstitucional e com a comunidade, através do processos: Cooperação Internacional (CIN), Planeamento e Gestão Estratégica (PGE), Promoção e Imagem (PMI);
- As políticas de gestão do pessoal, através do processo Recursos Humanos (RHU);
- Os serviços de apoio, através dos processos: Gestão de Espaços Educativos (GEE), Gestão Económico-Financeira (GEF), Gestão de Sistemas de Informação (GSI), Expediente e Arquivo (EAR), Gestão Documental (GDO), Ambiente Higiene e Segurança (AHS), Gestão de Empreitas e de Infra-estruturas (GEI), Biblioteca (BIB), Serviços de Acção Social (SAS);
- A internacionalização, através dos Processos: Cooperação Internacional (CIN), Planeamento e Gestão Estratégica (PGE), Promoção e Imagem (PMI).

3.4 Acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos

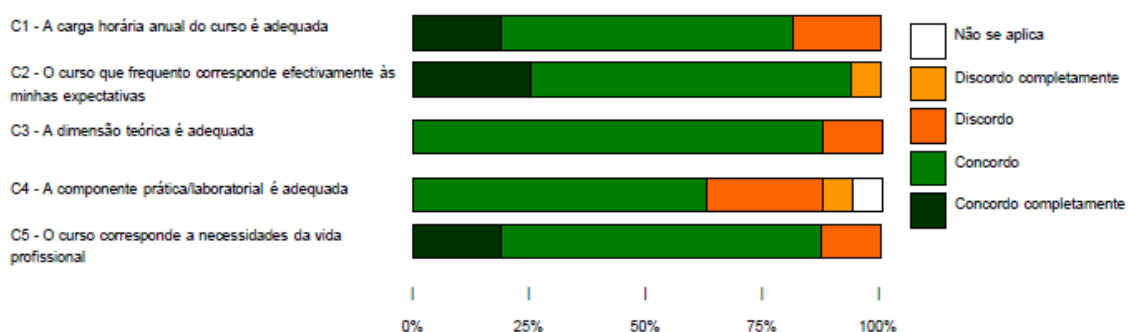
O acompanhamento e a avaliação periódica do ciclo de estudos, são realizados através de procedimentos de recolha de informação. A “Cultura da Avaliação” do IPVC é uma constante,

com uma monitorização semestral/anual, em inquéritos on-line à qualidade de ensino, utilizadores das bibliotecas e que posteriormente são alvo de debate interno, propostas de melhoria que dão suporte ao Relatório Anual de Concretização do Processo de Bolonha/Relatório de Curso.

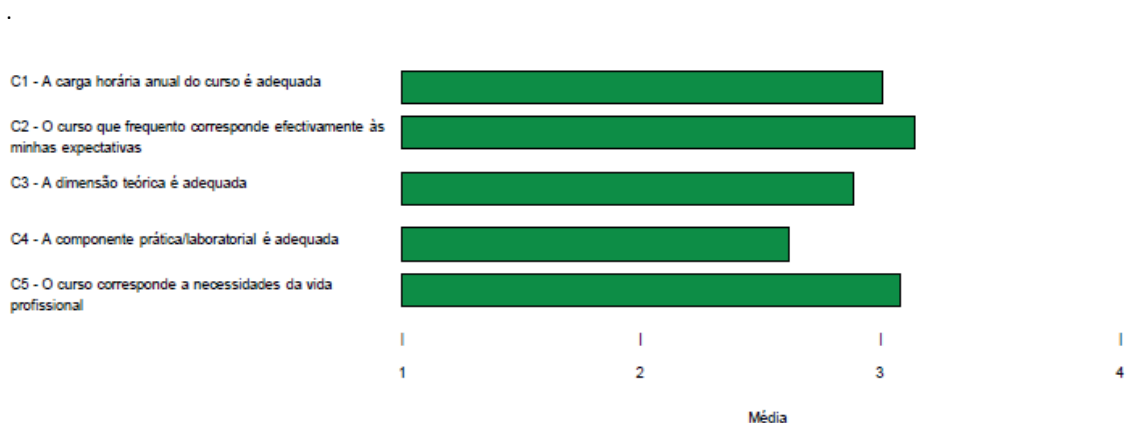
Nos termos do n.º 6, do art.º 66º A, do Dec-Lei n.º 74/2006, com a redação que lhe é dada pelo do Dec-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho de 2008, “o relatório deve integrar o contributo dos estudantes e docentes, através de inquéritos ou outras formas de participação, acerca da concretização dos objectivos visados, a promover pelos conselhos pedagógicos e científico ou técnico-científico”.

Assim, foram diretamente solicitados os contributos dos estudantes e docentes, através da realização de um conjunto de inquéritos. Estes inquéritos concretizam um conjunto de instrumentos de autoavaliação da instituição e dos cursos.

Apresentam-se a seguir as opiniões dos Alunos, recolhidas nos inquéritos, relativamente ao curso de Contabilidade e Fiscalidade ministrado na Escola Superior de Ciências Empresariais (Quadro I e II).



Quadro I - Resultado do inquérito de opinião sobre a licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade.



Quadro II – Resultado do inquérito de opinião sobre a licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade – Valorização qualitativa

Pela análise dos resultados apresentados podemos concluir que a grande maioria dos alunos considera que o curso corresponde às suas expectativas e que satisfaz as necessidades da vida profissional. Os resultados mostram, também, que a carga anual, a componente teórica e a componente prática/laboratorial são adequadas. No entanto, de forma a melhor corresponder a este último item, a ESCE adquiriu, para além do existente, mais software específico para este ciclo de estudos de forma a realçar o espírito e qualidade do ensino ministrado.

De referir que os inquiridos valorizam como mais importantes, os seguintes aspectos:

- O curso corresponde efetivamente às suas expectativas;
- O curso corresponde a necessidades da vida profissional.

Neste contexto é ainda importante sublinhar que a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade pelo IPVC, segundo NP EN ISO 9001:2008 é certificado desde 2009 pela SGS ICS, entidade acreditada pelo IPAC, no âmbito da Formação Superior em todas as suas Escolas e em concreto nos procedimentos relativos aos processos relacionados com os Cursos: Formação (FOR-05; FOR-06), Académicos (ACA-10), Observatório (OBS-01; OBS-02) e Gestão e Melhoria do Sistema (GMS-02 e GMS-03). São considerados ainda os resultados do Relatório de Curso anteriores, Índice de Sucesso Escolar e dos Indicadores de Desempenho dos Processos Formação, Cooperação Internacional, Observatório e Académicos. São também considerados os Indicadores dos Objetivos da Qualidade 8; 13; 14; 15.

Existe, igualmente, informação sobre o ajustamento curricular e exigência de estudo aos ECTS que compõem uma unidade curricular.

3.5 Avaliação das qualificações e das competências dos docentes

A avaliação do desempenho dos docentes fez-se, até 2009, pela legislação que regulava o Ensino Superior com apresentação e avaliação nos Conselhos Científicos das Escolas do IPVC dos respetivos relatórios. Decorre o período de preparação e implementação, nos termos do RJIES e ECDESP, dos regulamentos que irão reger estes processos, estando os mesmos em fase de divulgação e discussão pública. Paralelamente são considerados os resultados constantes dos relatórios de Inquérito de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino, em particular os que se referem à avaliação dos docentes por parte dos estudantes.

		Discordo completamente	Discordo	Concordo	Concordo completamente	Total	Concordo + Concordo completamente
DO1 - O docente dinamiza adequadamente o processo ensino/aprendizagem (rigor, clareza, interação, ritmo)	N	7	32	141	124	304	265
	%	2.3%	10.5%	46.4%	40.8%	100%	87.2%
DO2 - O docente fornece / indica os elementos de estudo em tempo oportuno	N	7	20	142	135	304	277
	%	2.3%	6.6%	46.7%	44.4%	100%	91.1%
DO4 - O docente é exigente e justo	N	4	11	156	133	304	289
	%	1.3%	3.6%	51.3%	43.8%	100%	95.1%
DI3 - A componente teórica foi adequada aos objectivos da Unidade Curricular	N	6	25	176	98	305	274
	%	2.0%	8.2%	57.7%	32.1%	100%	89.8%
DI4 - A componente prática foi adequada aos objectivos da Unidade Curricular	N	11	25	170	94	300	264
	%	3.7%	8.3%	56.7%	31.3%	100%	88.0%

Média: 90.2%

Quadro III – Grau de satisfação da atividade letiva

		Discordo completamente	Discordo	Concordo	Concordo completamente	Total	Concordo + Concordo completamente
DO1 - O docente dinamiza adequadamente o processo ensino/aprendizagem (rigor, clareza, interação, ritmo)	N	7	32	141	124	304	265
	%	2.3%	10.5%	46.4%	40.8%	100%	87.2%
DO3 - O docente é pontual e cumpre o horário	N	1	12	146	144	303	290
	%	0.3%	4.0%	48.2%	47.5%	100%	95.7%

Média: 91.5%

Quadro IV – Grau de satisfação do atendimento aos alunos.

Nos quadros III e IV verifica-se que na ESCE, o grau de satisfação da atividade letiva é de 90,2% e o grau de satisfação relativo ao atendimento dos alunos é de 91,5%. Estes resultados permitem concluir que os alunos estão satisfeitos com o desempenho dos docentes da ESCE.

3.6 Utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos

Com base nos Relatórios do Inquérito de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino, nos resultados dos Indicadores de Desempenho dos Processos e em cooperação e colaboração do Conselho Diretivo e Pedagógico, o Coordenador do ciclo de estudos de Contabilidade e Fiscalidade e os docentes da Instituição fomentaram um conjunto de ações para promover o sucesso académico e o apoio ao processo educativo. São exemplo disso as seguintes ações:

- A utilização de novas metodologias de ensino e de avaliação, designadamente a utilização de ferramentas de apoio à docência baseadas nas novas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente a utilização da plataforma de *e-learning* e a operacionalização do sistema de gestão dos serviços académicos, o que permitiu acelerar a comunicação e a interação entre docentes e alunos, contribuindo para a maior participação dos alunos e para a melhoria dos resultados finais. No que se refere à utilização da plataforma *e-learning* permitiu aos alunos acompanharem o

desenvolvimento da unidade curricular ao longo do semestre, e não apenas na época de exames, o que contribuiu para uma maior taxa de sucesso;

- Dinamização da participação dos alunos, durante todo o ano letivo do Concurso PoliEmpreende. Este concurso tem como principais objetivos:
 - ✓ Mudar atitudes dos atores académicos, sensibilizando alunos, docentes e diplomados;
 - ✓ Aprofundar as competências pessoais e empresariais;
 - ✓ Estimular a criação de empresas de base tecnológica;
 - ✓ Explorar, economicamente, conhecimentos, competências e resultados de investigação;
 - ✓ Fixar quadros qualificados nas regiões;
 - ✓ Potenciar o aproveitamento dos recursos endógenos de cada região, explorando oportunidades que os territórios possuem, desenvolvendo a economia local.
- Participação e integração dos alunos no simulador de gestão empresarial, denominado CESIM *Global Challenge*, sediado em Helsínquia na Finlândia, no âmbito das unidades curriculares da área da gestão;
- Dinamização de diversas conferências (“Conferências de Valença”), seminários e workshops de desenvolvimento de novas competências (específicas e transversais) - realizadas no âmbito da semana cultural da escola - e o incentivo à participação dos alunos em outros programas e atividades no âmbito da gestão e aferição de experiências e conhecimentos promovidos pelos *workshops* denominados “30 minutos com...”, permitindo a abordagem de diferentes temas e por diferentes oradores, ao longo do ano lectivo;
- Visitas de estudo a algumas empresas da região, o que permitiu aos alunos um contacto direto com a realidade empresarial da região e com possíveis futuros empregadores.

As medidas de promoção da integração dos estudantes no mercado de trabalho têm sido fundamentalmente prosseguidas pelos diversos órgãos e responsáveis da Escola Superior de Ciências Empresariais, através de:

- Criação de redes de emprego, e da realização de protocolos de estágios profissionais;
- Contacto com potenciais empregadores;
- Promoção de competências de empregabilidade (concurso PoliEmpreende), que lhes permita fazer face aos atuais desafios do mercado de trabalho;
- Prospeção e análise das potencialidades e exigências do atual mercado laboral;

- Acompanhamento do percurso profissional dos licenciados através da realização de protocolos, com as empresas, de bolsas de formação avançada em contexto de trabalho.

Dado que a maioria dos alunos pretende exercer a profissão de Técnico Oficial de Contas (TOC) e estando a ESCE atenta às novas exigências no que respeita ao acesso a esta profissão, (anúncio 6060/2010, de 30 de Junho) foi proposta a reestruturação do curso de Contabilidade e Fiscalidade.

3.7. Outras vias de avaliação/acreditação:

O ciclo de estudos já foi objeto de Acreditação Preliminar por parte da A3ES.

Em 2010, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) reconheceu a licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade da ESCE, para o exercício da profissão de TOC. Em 2011 foi aprovada pelo MCTES a reestruturação do curso de Contabilidade Fiscalidade e publicado em Diário da República, no mesmo ano. Igualmente em 2011, a OTOC reconheceu o novo plano de estudos, os conteúdos programáticos e ECTS da licenciatura entretanto publicada, como adequada às novas exigências para o acesso à inscrição naquela ordem profissional.

4. Recursos Materiais

Para além da listagem que consta do PAPCEF e PAPNCE.

4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis

Recursos Materiais - Áreas Disponíveis	
Tipo de Espaço	Área (m2)
Sala de Informática 3	42

4.2 Recursos Materiais – Equipamentos

Recursos Materiais - Equipamentos	
Tipo de Equipamento	Número
Quadro Interativo	1
Servidor	1
Discos HDDGB Caviar 32mb cache SATA II 3,5	6
Rato NGS EVO USB Preto	10
Computadores	29

4.3 Recursos financeiros

Os recursos financeiros disponíveis, para o ciclo de estudos cumprir os seus objetivos de forma sustentada, foi uma verba de 2.000,00€, utilizada na compra de software de contabilidade, de licenças que permitiram a participação dos alunos no jogo de simulação de gestão CESIM e na aquisição de bibliografia.

5. Parcerias

5.1 Promoção da cooperação interinstitucional

A promoção e cooperação interinstitucional são realizadas através do estabelecimento de parcerias internacionais com instituições pares e/ou outras, centros de investigação e desenvolvimento e projetos /programas de Cooperação com países lusófonos.

No ano letivo 2010/2011 decorreu a 2ª Semana Internacional que contou com a participação dos alunos estrangeiros que realizaram um período de estudos no IPVC no âmbito do programa de mobilidade Erasmus, bem como a participação de docentes das universidades parceiras.

5.2 Identificar parcerias internacionais e nacionais

As parcerias internacionais estabelecidas com a ESCE são as seguintes:

- *College of Polytechnics Jihlava*, na República Checa
- *Katholieke Hogeschool Zuid-West Vlaanderen*
- *Poznan School of Banking*, na Polónia
- *Rezeknes Augstskola*, na Letónia
- *Tallinn University of Technology*, na Estónia
- *Universidad de León*, na Espanha
- *Universidad Santiago de Compostela*, na Espanha
- *Universitat Autònoma de Barcelona*, na Espanha
- *Université Paris Descartes*, na França.

5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas

No período lectivo 2010/2011 foram promovidas pelo Coordenador de curso e pelos docentes da instituição várias visitas de estudo a algumas empresas da região. Além disso, os *workshops* denominados “30 minutos com...” desenvolvidos ao longo do ano letivo, contribuiu para a receção na ESCE de vários oradores de diferentes áreas de conhecimento e com diferentes experiências profissionais, quer de empresas, quer professores de outras universidades.

6. Pessoal Docente e Não Docente

6.1 Pessoal Docente

As medidas para a atualização do corpo docente não poderão ser vistas, no momento atual, afastadas da obrigação legal das instituições de ensino superior criarem condições aos seus docentes para fazerem ou concluírem a sua formação avançada, como condição básica da sustentabilidade do próprio subsistema, da própria instituição e do tão desejado acesso à carreira de que a grande maioria dos docentes se viu afastada desde sempre. Os programas PROTEC, destinado à formação avançada dos docentes do ensino superior politécnico, e ADISPOR, contratualizando com universidades um pouco de toda a Europa e organizados pela ADISPOR, têm como objectivo não perder tempo e assegurar eficácia a esta necessidade imperiosa do subsistema. A absoluta prioridade à formação avançada não tem impedido, mesmo assim, de haver uma atitude de incentivo e ajuda à actualização permanente do corpo docente, quer através de formação organizada nos institutos, quer por apoio económico direto, quer pelo uso de recursos das instituições, quer, ainda, pela concessão do estatuto de bolseiro.

A própria existência do Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade, em que a Formação e os Recursos Humanos diagnosticam as necessidades formativas e as implementam, apoia a política de formação da instituição.

6.1.1 Distribuição de Serviço Docente

Docente	Regime de Tempo (%)	Grau Académico	Área Científica	UC's Leccionadas no Curso	Tipo (A/S/Modular)	Horas Trabalho Semanal	N.º Turmas	N.º Alunos	OBS
António Joaquim Magalhães Cardoso	50%	Doutor	OEE	Organização de Empresas	S	3	1	29	-
Andreia Sofia da Costa Teixeira	50%	Mestre	SER	Introdução à Informática	S	3	1	39	-
Teresa Susana Mendes Pereira Bernardino	100%	Mestre	CDC	Sistemas de Aplicações Informáticas	S	3	1	45	-
			CDC	Comércio Eletrónico	S	3	1	15	-
Helena Sofia Ferreira Rodrigues	100%	Mestre	AMA	Matemática II	S	4	1	46	-
Maria de Fátima Ramos de Araújo	100%	Licenciada	CTB	Contabilidade Financeira I	S	3	1	46	-
			CTB	Contabilidade Financeira III	S	4	1	35	-

Fátima Soares Fialho Maldonado	60%	Doutora	DIR	Noções de Direito Empresarial	S	3	1	32	-
			DIR	Direito das Obrigações	S	2	1	38	-
Elvira Pacheco Vieira	60%	Doutora	ECO	Economia	S	3	1	34	-
Maria Daniela Silva Sousa Freitas Lickfold da Silva	30%	Licenciada	CTB	Auditoria	S	4	1	38	-
Lígia Celeste Soares da Torre	50%	Mestre	CTB	Contabilidade Financeira II	S	4	1	54	
			FIN	Gestão Financeira II	S	4	1	38	-
Sónia Patrícia Basto de Carvalho	100%	Licenciada	FIN	Cálculo Financeiro	S	4	1	30	-
Maria Luísa Parente Pinheiro de Almeida	100%	Mestre	SOC	Ética e Responsabilidade e Social	S	3	1	40	-
			SOC	Relacionamento Interpessoal, Liderança e Negociação	S	3	1	44	-
José Nuno Costa Azevedo	100%	Licenciado	CDC	Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	S	1.5	0,5	37	-
			CTB	Contabilidade Analítica	S	4	1	17	
			CTB	Prática Simulada em Ambiente Empresarial	S	6,5	1	13	-
Jorge Manuel Esparteiro Garcia	100%	Mestre	CDC	Base de Dados	S	3	1	39	-
Florbela Maria Cruz Domingues Correia	100%	Doutora	EIO	Estatística II	S	3	1	39	
Sérgio João Machado Pereira da Silva	50%	Licenciado	AMA	Matemática I	S	5	1	56	-
João Carlos de Oliveira Lourenço Caldeira	40%	Licenciado	CTB	Fiscalidade I	S	3	1	36	-
			CTB	Fiscalidade II	S	3	1	36	-
Filipe Manuel Sampaio Carvalho	100%	Mestre	EIO	Estatística I	S	4	1	37	-
Domingos da Silva Fernandes	30%	Licenciado	CTB	Fiscalidade III	S	4	1	15	-
Maria do Rosário Costa	50%	Licenciada	CDC	Modelos Informáticos	S	3	1	13	-

				Organizacionais					
			CDC	Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	S	1,5	0,5	37	-
Alfredo Jaime Azevedo Martins	20%	Licenciado	CTB	Contabilidade Pública	S	3	1	14	-
			CTB	Contabilidade das Instituições Financeiras	S	3	1	15	-
Carlos Alexandre Quelhas Martins	50%	Mestre	CTB	Análise e Controlo de Custos	S	4	1	12	-
			CTB	Contabilidade Financeira Avançada	S	3	1	32	-
Amândio Francisco Caridade da Silva	50%	Licenciado	FIN	Finanças Públicas	S	3	1	16	
			FIN	Finanças Internacionais	S	3	1	13	
			FIN	Gestão Financeira I	S	4	1	33	-
António Manuel Pereira da Silva Amaral	30%	Licenciado	FIN	Análise de Projetos de Investimento	S	3,5	1	13	-

6.1.2 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos em tempo integral (100%): 39,1 %

6.1.3 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com doutoramento: 14,8%

6.1.4 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudo com doutoramento na área científica do ciclo de estudos: 0%

6.1.5 Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral com doutoramento na área científica do ciclo de estudos: 0

6.1.6 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista: 0%

6.1.7 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 0%

6.1.8 Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral e com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 0

6.1.9 Percentagem de docentes doutorados e docentes com título de especialista do ciclo de estudos: 0%

6.1.10 Percentagem de docentes do ciclo de estudos (ETI) com doutoramento e com título de especialista: 0%

6.1.11 Percentagem dos docentes que mantêm a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos: 43,5%

6.1.12 Docentes do ciclo de estudos que, nos próximos dois anos, possam vir a obter o grau de doutor ou o título de especialista: 15 (65,2%)

6.1.13 Promoção da mobilidade do pessoal docente do ciclo de estudos entre instituições nacionais ou internacionais: Número de docentes *incoming*:2 e *outgoing*:1 no âmbito do curso

6.2 Pessoal Não Docente

6.2.1 Caracterização

A implementação dos novos Estatutos do IPVC, conduziu a uma reestruturação transversal, com a centralização nos Serviços Centrais dos seguintes serviços: Direções de Serviço Administrativos e Financeiros e de Informática, Divisões de Serviços Técnicos, Serviços Académicos, de Recursos Humanos e Gabinetes de Comunicação e Imagem, de Mobilidade e Cooperação Internacional e de Avaliação e Qualidade.

A Escola conta com vários serviços para apoio das suas atividades de ensino, com pessoal não docente devidamente qualificado, nomeadamente: a Dra. Maria do Castelo, a Dra. Paula Andrade, a Dra. Elisabete Rebelo, a D. Beatriz Fernandes e a D. Amélia.

6.2.2 Número e regime de dedicação

O número de dedicação do pessoal não docente afeto à lecionação do ciclo de estudos é 0 (zero).

6.2.3 Qualificação e Formação Avançada

(Não se aplica).

6.2.4 Avaliação do desempenho

O IPVC adotou, desde 2010, um critério de distribuição das quotas de classificação máxima, não por unidades orgânicas, mas por grupos de serviços transversais constituídos pela proximidade e complementaridade de funções exercidas.

Esta opção implicou a fixação de objetivos para cada grupo de serviços e um número mínimo de objetivos individuais comuns aos trabalhadores neles inseridos, de forma que permitiu uma maior comparabilidade de desempenhos, contribuindo para aumentar a perceção de justiça organizacional por parte dos avaliados aquando da comunicação dos resultados da avaliação de desempenho.

7. Estudantes

7.1 Caracterização dos Estudantes

Caracterização dos estudantes inscritos no ciclo de estudos, incluindo o seu género, idade, região de proveniência e origem socioeconómica (escolaridade e situação profissional dos pais)

Género	%
Masculino	40,91
Feminino	59,09

Idade	%
Até 20 anos	9,45
20 - 23 anos	25,68
24 - 27 anos	18,92
28 e mais anos	45,95

Região	%
Norte	95%
Centro	3%
Lisboa	0%
Alentejo	0%
Algarve	0%
Ilhas	0%
N/D	2%

Escolaridade	Da mãe	Do pai
Bacharelato	0%	1%
Curso de Especialização Tecnológica (Nível IV)	0%	0%
Curso Tecnológico/Profissional/Outros (Nível III)	0%	35%
Desconhecida	36%	3%
Ensino Secundário Complementar ou equivalente (antigo 7º ano)	0%	3%
Licenciatura	1%	0%
Menos de 4 anos de escolaridade	4%	1%
11.º Ano	1%	0%
12º ano (ensino secundário)	3%	0%
4 Anos de escolaridade (1.º ciclo de ensino básico)	13%	16%
6 Anos de escolaridade (2º ciclo do ensino básico)	1%	5%
9.º Ano (3.º ciclo do ensino básico)	5%	0%
- Outra -	29%	31%
N/D	5%	5%

Situação Profissional	Da mãe	Do pai
------------------------------	---------------	---------------

Desconhecida /Não Tem	28%	27%
Desempregado(a)	11%	5%
Doméstico(a)	24%	15%
Outra Situação	5%	15%
Reformado(a)	9%	0%
Trabalha para pessoa de família (sem remuneração)	0%	0%
Trabalha por conta de outrem	21%	20%
Trabalha por conta própria (como empregador)	0%	8%
Trabalha por conta própria - independente (sem empregados)	1%	11%

7.1.2 Procura do ciclo de estudos

A procura do ciclo de estudos por parte dos potenciais estudantes nos últimos 3 anos.

	2008/09	2009/10	2010/11
Vagas	35	35	35
Candidatos	38	47	36
Candidatos na 1.ª opção	13	16	8
Colocados	15	17	11
Colocados na 1.ª opção	13	16	8
Nota mínima de entrada	108,8	95	106,8
Nota de média de entrada	134	131,3	133,4

7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem

O ambiente de ensino/aprendizagem na ESCE é analisado segundo vários indicadores, designadamente o apoio pedagógico, a integração na comunidade académica através de vários eventos organizados pela instituição que foram abertos à comunidade, em particular a Semana Cultural, as Conferências de Valença e o dia Aberto. A promoção de concursos, em particular o PoliEmprende e o jogo de simulação de gestão CESIM. Estas ferramentas de ensino/aprendizagem permitiram aos alunos uma consolidação mais profunda de conhecimentos adquiridos em diferentes unidades curriculares, num ambiente real, bem como o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico.

Outras ações desenvolvidas no âmbito do ensino/aprendizagem a serem referidas são a criação do Gabinete de Apoio ao Aluno, UNIVA; Bolsas de Estudo; Gabinete de Saúde; Centro Desportivo; Oficina Cultural; Provedor do Estudante, entre outros. Deu-se também início à

gestão das reclamações e sugestões apresentadas pelos Estudantes no âmbito do ciclo de estudos.

Encontra-se ainda em fase final de implementação o Suplemento ao Diploma.

8. Processos (Formação)

8.1 Comunicação e monitorização dos objetivos do ciclo de estudo

O quadro V, a seguir apresentado, e relativo ao ano letivo de 2010/2011, mostra o número de alunos inscritos, o número de alunos avaliados, aprovados e repovados, a taxa de alunos inscritos que se submete a avaliação (avaliados/inscritos) e a taxa de aprovação (avaliados/aprovados) às diferentes unidades curriculares que compõem a respetiva licenciatura.

No que se refere à taxa de disponibilização dos conteúdos programáticos das unidades curriculares e execução das mesmas, é de 100%, tal como a taxa de cumprimento de lançamento de sumários e avaliações que também é de 100%, respondendo às exigências do Sistema de Gestão e da Qualidade do IPVC.

Ano	Sem	Unidades Curriculares	N.º de alunos inscritos	N.º de alunos avaliados	N.º de alunos aprovados	N.º de alunos não aprovados	Taxa de avaliação com base nos alunos inscritos (aval/insc)	Taxa de aprovação com base nos alunos avaliados (aprov/aval)	
1.º	1.º	Organização de Empresas	29	19	17	2	65,52	89,47	
		Economia	34	21	19	2	61,76	90,48	
		Introdução à Informática	39	22	22		56,41	100,00	
		Matemática I	56	23	14	9	41,07	60,87	
		Contabilidade Financeira I	46	28	19	9	60,87	67,86	
		Noções de Direito Empresarial	32	22	19	3	68,75	86,36	
	2.º	2.º	Contabilidade Financeira II	54	30	23	7	55,56	76,67
			Cálculo Financeiro	30	20	18	2	66,67	90,00
			Direito das Obrigações	38	21	21	0	55,26	100,00
			Matemática II	46	16	13	3	34,78	81,25
			Ética e Responsabilidade Social	40	22	19	3	55,00	86,36
			Sistemas e Aplicações Informática	45	20	16	4	44,44	80,00
2.º	3.º	Gestão Financeira I	33	26	23	3	78,79	88,46	
		Contabilidade Financeira III	35	30	25	5	85,71	83,33	
		Base de Dados	39	28	27	1	71,79	96,43	
		Relacionamento Interpessoal, Liderança e	44	29	23	21	65,91	79,31	

3.º	4.º	Negociação						
		Fiscalidade I	36	27	21	15	75,00	77,78
		Estatística I	37	24	19	5	64,86	79,17
	4.º	Estatística II	39	20	16	4	51,28	80,00
		Contabilidade Financeira Avançada	32	17	12	20	53,13	70,59
		Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	37	21	21	16	56,76	100,00
		Gestão Financeira II	38	25	23	2	65,79	92,00
		Fiscalidade III	36	21	14	7	58,33	66,67
		Auditoria	38	22	19	3	57,89	86,36
		5.º	Contabilidade Pública	14	12	12	2	85,71
	Contabilidade Analítica		17	13	12	5	76,47	92,31
	Comércio Eletrónico		15	13	13	2	86,67	100,00
	Modelos Informáticos Organizacionais		13	12	12	1	92,31	100,00
	Fiscalidade III		15	13	13	2	86,67	100,00
	Finanças Públicas		16	15	15	1	93,75	100,00
6.º	Análise e Controlo de Custos		12	12	11	1	91,66	91,66
	Finanças Internacionais		13	9	9	4	69,23	100,00
	Contabilidade das Instituições Financeiras		15	11	11	4	73,33	100,00
	Análise de Projetos de Investimento		13	12	12	1	92,31	100,00
	Prática Simulada em Ambiente Empresarial	13	10	10	3	76,92	100,00	

Média: 88,38

8.2 Revisão curricular

Os desafios de hoje em dia, um mundo cada vez mais global e competitivo, a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em 1/1/2010 e as novas regras de acesso à profissão de TOC, levou a que se procedesse a uma reestruturação do plano de estudos e reformulação/actualização dos conteúdos programáticos das Unidades Curriculares (UC's) da Licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade. Os alunos têm beneficiado de uma aprofundada e eficaz colaboração intercurricular, promovendo-se uma progressiva articulação entre as UC's, mediante reuniões promovidas com o corpo docente e auscultando os estudantes, que concorrem e apostam numa melhoria do saber partilhado e na promoção das competências dos mesmos.

8.3 Integração dos estudantes na investigação científica

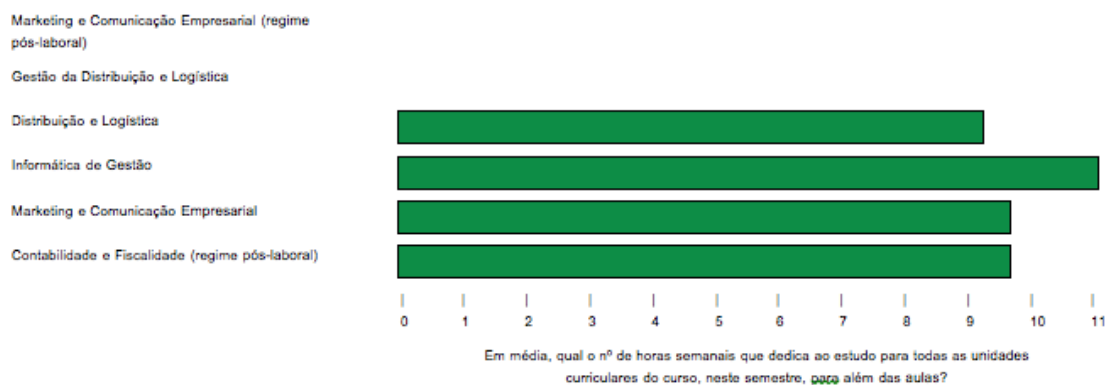
(Não se aplica).

8.4 Metodologias de Ensino

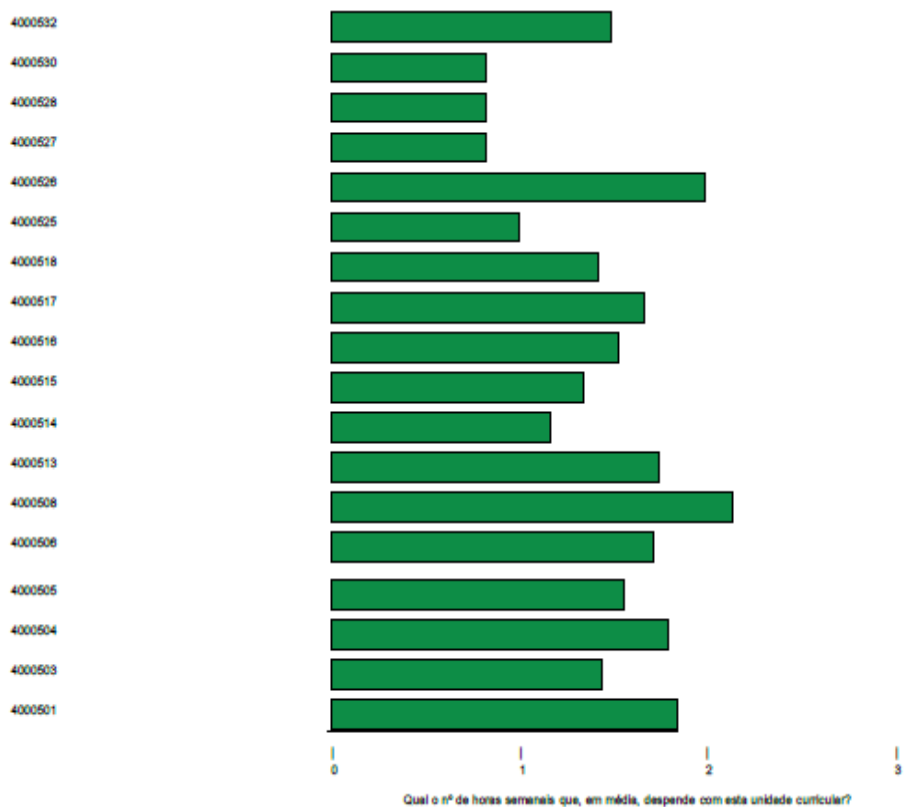
Como previsto na elaboração do plano de estudos, segundo o processo de Bolonha, é aferida a atribuição dos créditos ECTS às diferentes unidades curriculares através de inquéritos realizados aos alunos e aos docentes.

Pela análise dos inquéritos aos ECTS podemos considerar cumpridos e verificados os pressupostos utilizados para efeitos do processo de registo da adequação da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade (Peça Instrutória F - Demonstração da adequação da organização do ciclo de estudos e das metodologias de ensino ministradas na licenciatura), que se remetem integralmente.

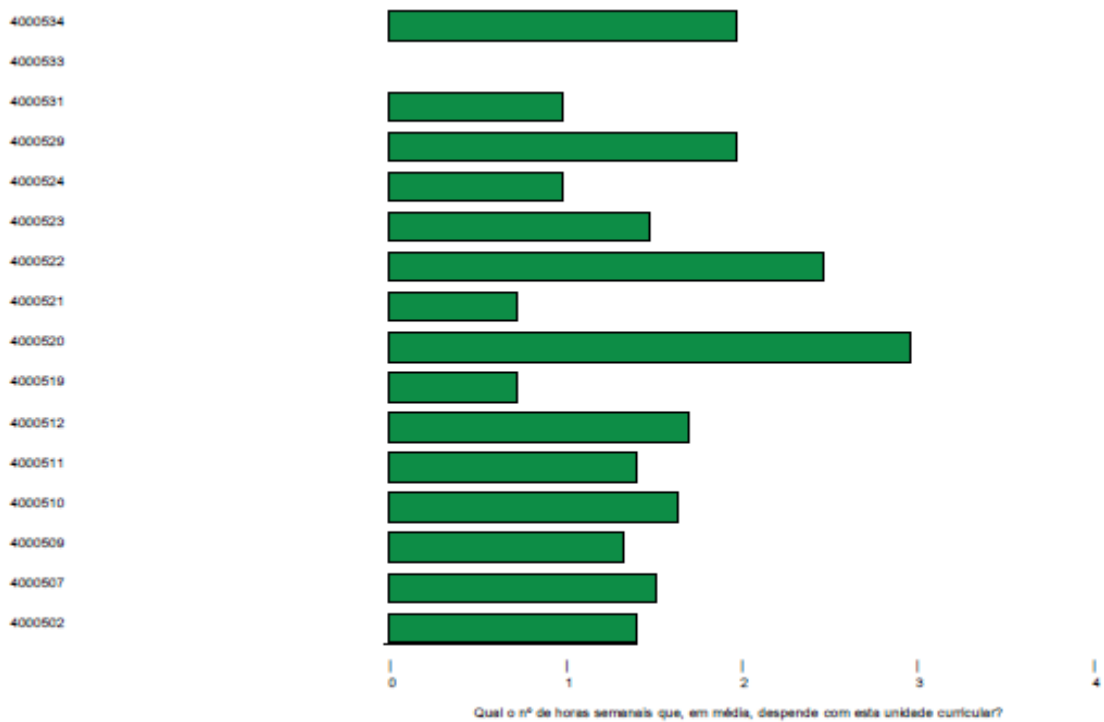
O quadro VI apresenta a média das horas de dedicação a todas as unidades curriculares das licenciaturas ministradas na ESCE. É possível verificar, neste quadro, que na licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade, os alunos dedicam 9 a 10 horas por semana, sendo que a maioria destes alunos são trabalhadores estudantes. Para cada unidade curricular lecionada na licenciatura de Contabilidade e Fiscalidade encontra-se a média das horas dedicadas, no quadro VII (1º semestre) e quadro VIII (2º semestre)



Quadro VI - Média das horas de dedicação a todas as unidades curriculares das licenciaturas da ESCE



Quadro VII - Média das horas de dedicação às unidades curriculares, da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade, ministrada na ESCE, no 1º semestre.



Quadro VIII - Média das horas de dedicação às unidades curriculares, da licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade, ministrada na ESCE, no 1º semestre.

Unidade Curricular	ECTS
Organização de Empresas	5
Economia	5.5
Introdução à Informática	5
Matemática I	5.5
Contabilidade Financeira I	5
Noções de Direito Empresarial	4
Contabilidade Financeira II	5
Cálculo Financeiro	6
Direito das Obrigações	4
Matemática II	6
Ética e Responsabilidade Social	4
Sistemas e Aplicações Informáticas	5
Gestão Financeira I	5
Contabilidade Financeira III	6
Bases de Dados	6
Relacionamento Interpessoal, Liderança e Negociação	4
Fiscalidade I	5
Estatística I	4
Estatística II	4
Contabilidade Financeira Avançada	6
Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros	4
Gestão Financeira II	5
Fiscalidade II	5
Auditoria	6
Contabilidade Pública	5
Contabilidade Analítica	7
Comércio Eletrónico	5
Modelos Informáticos Organizacionais	4
Fiscalidade III	5
Finanças Públicas	4
Finanças Internacionais	4
Análise e Controlo de Custos	7
Contabilidade das Instituições Financeiras	5
Análise de Projetos de Investimento	5
Prática Simulada em Ambiente Empresarial	9

Quadro IX - Os ECTS utilizados para o processo de registo

A análise dos quadros, acima, permite concluir que a generalidade das unidades curriculares apresentam valores próximos da média das horas semanais dedicadas, o que permite verificar que existe uma aproximação entre os valores considerados pelos alunos para os créditos ECTS e os valores que foram definidos para o processo de registo de adequação ao Processo de Bolonha.

9. Resultados Académicos

Contabilidade e Fiscalidade	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
N.º diplomados				7
N.º diplomados em N anos				7
N.º diplomados em N +1 anos				0
N.º diplomados N+2 anos				0
N.º diplomados em mais de N+2 anos				0

Diplomados a partir de 2010/11. A licenciatura em Contabilidade e Fiscalidade teve início em 2008/09

9.1 Sucesso Escolar

Os resultados apresentados, e relativos aos alunos de Contabilidade e Fiscalidade, mostram a taxa de aprovação em cada unidade curricular, a nota máxima, a nota mínima e a nota média, permitindo a monitorização e acompanhamento dos alunos e a (re)definição de acções de melhoria, de forma a promover o sucesso escolar.

Pela observação dos mesmos, pode-se concluir que as taxas de aprovação apresentam valores muito positivos, com uma taxa de sucesso, em que o valor médio se situa nos 88,38%. Deve-se referir, que na UC de Matemática I, a taxa de alunos aprovados é a mais baixa (60,87%), devendo-se sobretudo ao facto de que um elevado número de alunos apenas frequentou a disciplina de Matemática até ao 9º ano de escolaridade.

Ano	Sem	Designação	Nota Máxima	Nota Mínima	Média	Avaliados/ inscritos (%)	Aprovados/ avaliados (%)
1.º	1.º	Organização de Empresas	15	6	11,00	65,52	89,47
		Economia	14	6	11,00	61,76	90,48
		Introdução à Informática	14	2	9,00	56,41	100,00
		Matemática I	14	2	9,00	41,07	60,87
		Contabilidade Financeira I	17	1	10,00	60,87	67,86
		Noções de Direito Empresarial	15	3	10,00	68,75	86,36
	2.º	Contabilidade Financeira II	17	2	10,0	55,56	76,67
		Cálculo Financeiro	14	5	12,0	66,67	90,00
		Direito das Obrigações	13	10	11,0	55,26	100,00
		Matemática II	18	2	10,0	34,78	81,25
		Ética e Responsabilidade Social	15	5	11,0	55,00	86,36

		Sistemas e Aplicações Informáticas	16	0	10,0	44,44	80,00	
2.º	3.º	Gestão Financeira I	17	3	12,0	78,79	88,46	
		Contabilidade Financeira III	18	2	11,0	85,71	83,33	
		Base de Dados	16	4	12,0	71,79	96,43	
		Relacionamento Interpessoal, Negociação e Liderança	17	6	11,0	65,91	79,31	
		Fiscalidade I	17	2	11,0	75,00	77,78	
		Estatística I	17	4	11,0	64,86	79,17	
	4.º	Estatística II	18	1	10,0	51,28	80,00	
		Contabilidade Financeira Avançada	13	6	10,0	53,13	70,59	
		Sistemas de Informação Contabilísticos e Financeiros.	17	11	14,0	56,76	100,00	
		Gestão Financeira II	19	7	12,0	65,79	92,00	
		Fiscalidade III	15	5	10,0	58,33	66,67	
		Auditoria	15	4	11,0	57,89	86,36	
	3.º	5.º	Contabilidade Pública	14	10	11,0	85,71	100,00
			Contabilidade Analítica	16	6	11,0	76,47	92,31
Comércio Eletrónico			14	10	11,0	86,67	100,00	
Modelos Informáticos Organizacionais			13	10	11,0	92,31	100,00	
Fiscalidade III			15	10	12,0	86,67	100,00	
Finanças Públicas			15	11	12,0	93,75	100,00	
6.º		Finanças Internacionais	14	10	11,0	69,23	100,00	
		Análise e Controlo de Custos				100,00	91,66	
		Contabilidade das Instituições Financeiras	15	11	13,0	73,33	100,00	
		Análise de Projetos de Investimentos	15	10	12,0	92,31	100,00	
		Prática Simulada em Ambiente Empresarial	17	10	14,0	76,92	100,00	
		Média					88,38	

9.2 Empregabilidade

A contextualização relativamente à empregabilidade nesta área pode apenas ser aferida tendo em consideração os dados relativos à área de Contabilidade e Fiscalidade, incluídos no Relatório do MTSS (actual Ministério da Solidariedade e da Segurança Social) referente ao desemprego de diplomados, reportados a Dezembro de 2010. Dado que nessa data, não havia diplomados deste ciclo de estudos, não é apresentada uma análise à empregabilidade.

Em 2012, será implementado um processo de auscultação dos antigos alunos do IPVC, através de Inquérito, sobre a empregabilidade.

9.3 Internacionalização

Nível de Internacionalização no Ciclo de Estudos	
Percentagem de alunos estrangeiros	1,3%
Percentagem de alunos em programas internacionais	0%
Percentagem de docentes estrangeiros	8,5%
Percentagem de docente em programas internacionais	4,3%

10. Análise SWOT do Ciclo de Estudos

Identificação dos seguintes pontos:

Pontos Fortes:

- Acreditação do ciclo de estudos, pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, para inscrição ao acesso à profissão de TOC e respetiva publicitação na página oficial da OTOC;
- Grande envolvência com o tecido empresarial da região;
- Partilha dos custos com vários outros projetos de Ensino, permitindo assim a implementação deste Ciclo sem a exigência de um investimento inicial que o poderia inviabilizar;
- A capacidade científica instalada na ESCE, configurada por um elevado número de investigadores e subáreas de interesse e demonstrada através de um número muito significativo de publicações e projetos internacionais.

Pontos Fracos:

- Baixa notoriedade da escola;
- Baixa atratividade da localização geográfica da escola.

Oportunidades:

- Aumento de profissionais qualificados da região, o que pode contribuir para um maior incentivo à economia;
- Capacidade empreendedora dos licenciados;
- Proximidade de zonas industriais Portuguesas e da Galiza;
- Futuras instalações da ESCE.

Constrangimentos:

- O número de licenciaturas existentes no resto do país dificulta a atração dos estudantes em se deslocarem para Valença;
- Periferia geográfica que dificulta a atração de novos alunos;
- A atual conjuntura financeira do país.

11. Proposta de acções de melhoria

As propostas de melhoria para 2011/2012 incluem as seguintes ações:

- Corpo docente com formação avançada;
- Maior acompanhamento aos alunos nas unidades curriculares mais críticas;
- Maior envolvência dos alunos na organização de atividades extracurriculares.